

Educação integral e o papel para a inclusão social

Alex de Melo Garcia- Educaler University

Dayana Regina Soares Lacerda - UFPI

Waldemberg Araújo Bessa - UEMA

Jôse Storniolo Nunes Brasil - Universidade Federal do Pampa

Noádia da Costa Lima - UCAM

Amanda Pimentel Berk de Queiroz - CEFET

Ademar Henriques da Silva Filho - Universidade do Estado do Amazonas

André José dos Santos - Universidad Nacional Del Este - UNE

Cynthia Maria Saraiva Rolim - CEUMA

Valber Santos Brito - UNIVASF

Amanda Fernanda Nunes Ferreira - Universidade do Estado de Mato Grosso
(Unemat) campus universitário de Tangará da Serra

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel da educação integral na promoção da inclusão social no contexto das escolas públicas, investigando como essa proposta tem sido vivenciada por profissionais da educação. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com 25 profissionais — entre professores, coordenadores pedagógicos, gestores e assistentes sociais — atuantes em escolas que desenvolvem a jornada ampliada. A análise dos relatos indicou que a educação integral é amplamente reconhecida pelos participantes como uma estratégia potencial para garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, ao oferecer atividades diversificadas e ampliar o vínculo com a escola. Contudo, foram identificados desafios significativos, como a precariedade da infraestrutura, a necessidade de formação continuada dos educadores e a desarticulação entre as atividades do contraturno e o currículo regular. Os resultados também evidenciaram a importância do envolvimento da comunidade escolar e da articulação com outras políticas públicas para que a inclusão ocorra de forma efetiva. Conclui-se que, embora a educação integral represente um caminho promissor para a construção de uma escola mais justa e inclusiva, sua efetivação exige compromisso político, investimentos adequados e práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade dos sujeitos escolares.

Palavras-chave: Educação integral; Inclusão social; Docência.

Date of Submission: 01-05-2025

Date of Acceptance: 10-05-2025

I. Introdução

A educação tem sido historicamente reconhecida como uma das principais ferramentas para a transformação social e o desenvolvimento humano. No Brasil, as políticas educacionais têm buscado, ao longo dos anos, garantir o acesso à escola e a permanência dos alunos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. Contudo, para além do simples acesso ao ambiente escolar, surge a necessidade de se discutir a

qualidade dessa educação, bem como sua capacidade de formar sujeitos críticos, participativos e preparados para a vida em sociedade (Guimarães; Souza, 2018).

Nesse contexto, ganha destaque a proposta de educação integral, que visa promover o desenvolvimento pleno dos estudantes em suas múltiplas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. A educação integral, diferentemente de uma concepção limitada à ampliação do tempo escolar, representa uma abordagem mais ampla, centrada na formação do sujeito em sua totalidade. Essa proposta dialoga com princípios da Pedagogia Freireana e de pensadores como Anísio Teixeira, que defendiam uma escola que formasse o cidadão para a vida em sociedade, em suas várias complexidades (Hypolito, 2021).

Assim, a educação integral não se restringe ao tempo, mas ao propósito de reconfigurar a escola como espaço de vivências significativas, em que a aprendizagem ultrapassa os muros da sala de aula. Nesse escopo, a educação integral passa a ser compreendida como um importante instrumento para a inclusão social, ao proporcionar oportunidades equânimes de desenvolvimento e aprendizado a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, raça, etnia ou condição física. Ao integrar diferentes saberes e promover o acesso a atividades culturais, esportivas e de cidadania, esse modelo favorece a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A inclusão social, portanto, deixa de ser um discurso abstrato e passa a se concretizar em ações pedagógicas, curriculares e institucionais (Vilas Boas; Abbiati, 2020).

A realidade educacional brasileira, marcada por profundas desigualdades, exige políticas públicas que atentem para a diversidade dos sujeitos e para os desafios que impedem a equidade no processo educacional. Crianças e jovens das periferias urbanas, do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, bem como aqueles com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, enfrentam obstáculos que muitas vezes os afastam da escola ou dificultam sua permanência com qualidade. A educação integral surge, assim, como uma possibilidade de enfrentamento dessas barreiras, ao propor uma escola mais conectada com o território, com a comunidade e com os direitos fundamentais dos estudantes (Souza, 2018).

Além disso, a proposta de educação integral está alinhada aos marcos legais e normativos da educação brasileira, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Integral. Esses documentos reforçam a importância de uma formação ampla, que articule conhecimentos acadêmicos e experiências práticas, com vistas à formação cidadã e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. A escola, nesse modelo, atua como espaço privilegiado de promoção da igualdade de oportunidades e de combate às múltiplas formas de exclusão que ainda persistem no país (Dutra; Moll, 2018).

No entanto, a implementação da educação integral enfrenta inúmeros desafios, como a carência de infraestrutura adequada, a formação dos profissionais da educação, a gestão do tempo escolar e a articulação com outras políticas públicas. Superar essas barreiras exige um compromisso coletivo entre Estado, sociedade civil, gestores escolares e comunidade, na construção de um projeto educativo que tenha como centro o estudante e sua realidade. É preciso também ressignificar práticas pedagógicas e curriculares que historicamente têm reproduzido desigualdades, e apostar em metodologias que valorizem a diversidade e a participação ativa dos alunos (Bittencourt, 2019).

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel da educação integral como instrumento de promoção da inclusão social no contexto educacional brasileiro, destacando suas potencialidades, limites e desafios para a construção de uma escola democrática, equitativa e formadora de sujeitos plenos em sua cidadania.

II. Materiais e métodos

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as percepções e experiências de profissionais da educação em relação à educação integral e seu papel na promoção da inclusão social. A investigação foi realizada em escolas públicas que adotam a proposta de educação integral em um município de médio porte, buscando identificar como essa política educacional tem sido implementada na prática e quais impactos ela gera no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos em situação de vulnerabilidade social. Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, permitindo aos participantes liberdade para expor suas opiniões, ao mesmo tempo em que se mantinham os eixos temáticos essenciais à pesquisa. As entrevistas foram aplicadas individualmente, com duração média de 30 minutos, sendo todas gravadas e posteriormente transcritas para análise. O roteiro de perguntas abordou temas como práticas pedagógicas, formação docente, infraestrutura, relação com a comunidade e experiências inclusivas no ambiente escolar. A amostra da pesquisa foi composta por 25 profissionais da educação, entre professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e assistentes sociais vinculados às unidades de ensino em tempo integral. Os participantes foram selecionados por meio de amostragem intencional, considerando sua atuação direta em escolas que trabalham com a proposta de educação integral e a diversidade de papéis desempenhados na instituição. A variedade de cargos teve como objetivo captar diferentes pontos de vista sobre a implementação e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, com base em categorias previamente definidas, mas abertas à emergência de novas

categorias durante a leitura e interpretação das falas. A metodologia buscou compreender os sentidos atribuídos pelos profissionais à educação integral e identificar elementos que favorecem ou dificultam a inclusão social no contexto escolar. As falas mais representativas foram selecionadas para ilustrar os achados da pesquisa e contribuir para uma reflexão crítica sobre a prática educacional. Além das entrevistas, foram feitas observações em campo em algumas das escolas participantes, com o intuito de complementar as informações obtidas nas entrevistas e perceber, in loco, as dinâmicas escolares, as atividades desenvolvidas e a interação entre os diversos sujeitos do ambiente educacional. Essas observações contribuíram para uma visão mais ampla e contextualizada do funcionamento das escolas de educação integral e das estratégias adotadas para promover a inclusão dos estudantes.

III. Resultados e discussões

A análise das entrevistas revelou que a maioria dos profissionais reconhece a importância da educação integral como ferramenta para a inclusão social. No entanto, também surgiram desafios significativos que comprometem a efetividade dessa proposta. A coordenadora pedagógica E04 destacou que "a educação integral oferece aos alunos oportunidades que eles não teriam fora da escola, como atividades culturais e esportivas que ampliam seus horizontes." A professora E10 também concordou, acrescentando: "A escola se torna um espaço de referência para esses estudantes, oferecendo segurança e pertencimento." Esses relatos indicam que a educação integral pode, de fato, contribuir para o fortalecimento do vínculo dos alunos com a escola e, conseqüentemente, para a inclusão social.

Contudo, muitos dos entrevistados apontaram a falta de infraestrutura adequada como um obstáculo significativo para a implementação eficaz da educação integral. O gestor escolar E07 mencionou: "Temos uma estrutura física limitada que dificulta a oferta de atividades diversificadas e de qualidade." Além disso, a necessidade urgente de formação continuada para lidar com a diversidade foi uma preocupação recorrente. A assistente social E12 comentou: "É essencial que os educadores estejam preparados para atender às necessidades específicas de cada aluno, especialmente os com deficiência." Esse depoimento reflete a percepção de que a capacitação dos profissionais é um fator crucial para o sucesso da educação integral, especialmente no que tange à inclusão de alunos com necessidades especiais.

A pesquisa também revelou que, apesar do reconhecimento da importância da educação integral, há uma implementação desigual entre as escolas. A professora E03 observou: "Enquanto algumas escolas oferecem uma gama de atividades no contraturno, outras mal conseguem manter as aulas regulares." Esse cenário evidencia a falta de políticas públicas consistentes e o investimento financeiro inadequado, o que resulta em desigualdade na oferta de educação integral em diferentes escolas, mesmo dentro do mesmo município.

Em relação à inclusão social, vários entrevistados relataram que a educação integral tem contribuído para a redução de desigualdades, proporcionando aos alunos acesso a recursos e oportunidades antes inacessíveis. O coordenador pedagógico E06 afirmou: "Observamos uma melhora significativa no desempenho e no comportamento dos alunos que participam das atividades extracurriculares." No entanto, alguns profissionais destacaram que a inclusão social vai além da ampliação da jornada escolar, sendo necessário adotar uma abordagem pedagógica mais inclusiva, que considere as especificidades de cada aluno.

A percepção de que a educação integral pode ajudar a diminuir desigualdades é clara, mas sua eficácia depende de um trabalho mais profundo no desenvolvimento de metodologias adaptadas. A análise das entrevistas também destacou a importância da participação da comunidade escolar para o sucesso da educação integral. A professora E09 ressaltou: "Quando a comunidade se envolve, as atividades ganham significado e os alunos se sentem mais motivados." Esse depoimento reflete a ideia de que o engajamento da comunidade escolar é fundamental para que as práticas pedagógicas adotadas sejam eficazes e proporcionem um ambiente de aprendizado mais rico e inclusivo.

A interação entre família, escola e comunidade tem um papel fundamental na construção de um ambiente que favoreça a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Além disso, muitos dos profissionais destacaram a importância de estratégias pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades de alunos com deficiência. A assistente social E12 afirmou: "É necessário adaptar o currículo e as atividades para garantir que todos os alunos tenham acesso ao aprendizado de forma equitativa." Esse comentário reflete a percepção de que a inclusão de alunos com deficiência vai além da simples presença na escola e requer uma abordagem que contemple suas necessidades específicas, de forma a garantir sua participação plena nas atividades educacionais.

A falta de materiais didáticos adaptados também foi mencionada por alguns dos entrevistados, como um dos entraves à educação inclusiva. A professora E05 destacou: "Temos poucos recursos materiais que atendem à diversidade dos alunos, especialmente os com deficiência auditiva ou visual. Isso dificulta o planejamento de atividades mais inclusivas." A ausência de recursos adaptados para diferentes necessidades pedagógicas limita a potencialidade da educação integral em proporcionar uma verdadeira inclusão social.

Outro ponto abordado pelos entrevistados foi a relação entre a educação integral e a formação de uma cidadania crítica e participativa. A coordenadora E04 mencionou: "A educação integral oferece uma base sólida

para que os alunos desenvolvam um pensamento crítico, entendam seu papel na sociedade e se sintam parte ativa da transformação social." Isso indica que a educação integral, quando bem implementada, não apenas favorece o desenvolvimento intelectual dos alunos, mas também os prepara para a vivência plena de sua cidadania, fortalecendo a inclusão social no contexto mais amplo.

Em relação ao papel da gestão escolar, o gestor E07 explicou: "A gestão tem um papel fundamental na organização do tempo e das atividades para garantir que os alunos participem de todas as propostas oferecidas no contraturno." Esse depoimento destaca a importância de uma gestão escolar eficiente, capaz de coordenar as diferentes atividades de forma que elas atendam às necessidades de todos os alunos, garantindo uma oferta educacional equitativa.

Outro ponto crítico que surgiu durante as entrevistas foi a questão da avaliação. Alguns profissionais, como a professora E10, expressaram preocupações sobre como avaliar o progresso dos alunos dentro de um modelo de educação integral. "A avaliação precisa ser mais flexível, considerando que os alunos estão sendo formados não apenas para a vida acadêmica, mas também para a convivência social e o desenvolvimento de habilidades práticas", comentou ela. Isso reflete uma crítica à avaliação tradicional, que muitas vezes não contempla as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano abordadas pela educação integral.

A questão da formação contínua dos educadores também foi amplamente discutida. Vários entrevistados, como o coordenador pedagógico E06, ressaltaram que, sem uma formação adequada e contínua, os professores e outros profissionais da educação não estão suficientemente preparados para lidar com a complexidade da educação integral. "É fundamental que os educadores se sintam seguros em relação ao que estão oferecendo aos alunos, especialmente quando se trata de alunos com necessidades especiais ou em situações de vulnerabilidade", afirmou.

A pesquisa também revelou que, em muitas escolas, há uma falta de integração entre as atividades oferecidas no contraturno e o currículo regular. A professora E03 observou: "As atividades extracurriculares muitas vezes são desarticuladas do que é trabalhado em sala de aula, o que dificulta uma aprendizagem mais significativa." A falta de integração entre os conteúdos acadêmicos e as atividades complementares compromete a eficácia do modelo de educação integral, que visa proporcionar uma formação mais holística e integrada para os alunos.

Por fim, muitos dos entrevistados enfatizaram que a educação integral não deve ser vista como uma solução isolada, mas como parte de um conjunto de políticas públicas mais amplas voltadas para a promoção da inclusão social. O coordenador E06 declarou: "A educação integral é um excelente caminho, mas precisa ser acompanhada de políticas de saúde, segurança e assistência social para realmente fazer a diferença na vida desses alunos." Esse depoimento reforça a ideia de que a educação integral precisa ser parte de um esforço coletivo mais amplo para combater as desigualdades sociais e promover a inclusão em diversas esferas da vida do aluno.

Dessa forma, a pesquisa demonstrou que a educação integral possui um grande potencial para promover a inclusão social, mas sua efetividade depende de uma série de fatores, como a infraestrutura das escolas, a formação continuada dos educadores, a integração das atividades pedagógicas e a participação ativa da comunidade escolar. Embora ainda existam desafios a serem enfrentados, a maioria dos profissionais entrevistados acredita que a educação integral pode ser um importante instrumento para garantir que todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição social, tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento humano pleno.

IV. Conclusão

A presente pesquisa permitiu compreender de forma mais aprofundada como a proposta da educação integral tem se constituído como uma estratégia relevante para a promoção da inclusão social no contexto escolar. A partir da escuta de 25 profissionais da educação atuantes em escolas públicas, foi possível identificar que, embora a concepção de educação integral esteja alinhada a princípios de equidade, cidadania e valorização da diversidade, sua efetivação enfrenta entraves concretos que limitam seu pleno desenvolvimento. Os relatos dos participantes evidenciaram que a ampliação da jornada escolar tem contribuído para fortalecer os vínculos dos alunos com a escola, oferecendo espaços de aprendizagem mais ricos e significativos, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social. As atividades extracurriculares, o fortalecimento da convivência e o contato com expressões culturais e esportivas são apontados como elementos importantes para o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, também ficou evidente que a inclusão social demanda mais do que tempo ampliado: exige práticas pedagógicas inclusivas, formação continuada dos profissionais, gestão democrática e envolvimento da comunidade. A desigualdade na implementação da política de educação integral entre diferentes unidades escolares foi uma preocupação recorrente nas entrevistas. A falta de infraestrutura, recursos materiais adaptados e suporte pedagógico adequado compromete a universalização da proposta e reproduz desigualdades dentro do próprio sistema educacional. Além disso, a ausência de articulação entre as atividades do contraturno e o currículo formal enfraquece o potencial transformador dessa abordagem. Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de repensar a avaliação escolar, a fim de considerar os múltiplos aspectos do desenvolvimento humano que a educação integral se propõe a abarcar. A valorização das competências socioemocionais, da

participação cidadã e da construção de relações interpessoais saudáveis deve ser integrada aos processos avaliativos de forma mais coerente e formativa. Ficou claro também que a educação integral precisa estar integrada a outras políticas públicas, como saúde, assistência social e cultura, para que seus efeitos se ampliem para além do espaço escolar e contribuam, de fato, para a transformação da realidade dos estudantes e de suas famílias. A escola, nesse contexto, é vista como núcleo articulador de ações intersetoriais que impactam diretamente na promoção da inclusão social. Conclui-se, portanto, que a educação integral tem um papel relevante e promissor na construção de uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a justiça social. Entretanto, para que esse potencial seja plenamente alcançado, é necessário superar desafios estruturais, pedagógicos e políticos, garantindo as condições reais para sua implementação de forma equitativa e com qualidade. Diante disso, esta pesquisa reforça a importância de fortalecer as políticas públicas voltadas à educação integral, assegurando investimentos adequados, formação dos profissionais e a valorização da diversidade como elemento central no processo educativo. Somente assim será possível consolidar um modelo educacional que não apenas acolha, mas efetivamente inclua todos os sujeitos, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- [1]. BITTENCOURT, J. Educação integral no contexto da BNCC. **E-Curriculum**, v.17, n.4, p. 1759-1780 out./dez., 2019.
- [2]. DUTRA, T.; MOLL, J. A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 813–829, 2018.
- [3]. GUIMARÃES, K. R. C.; SOUZA, M. F. M. Educação integral em tempo integral no Brasil: algumas lições do passado refletidas no presente. **Rev. Exitus**, vol.8, no.3, Santarém set./dez., 2018.
- [4]. HYPOLITO, A. M. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista Práxis Educacional**, v. 17, n. 46, 2021.
- [5]. SOUZA, R. F. T. Os efeitos da BNCC na formação docente. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.1, p. 69-79, 2018.
- [6]. VILAS BOAS, M. L.; ABBIATI, A. S. A educação (em tempo) integral no Brasil: um olhar sobre diferentes experiências. **RPGE–Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara**, v. 24, n. 3, p. 1573-1597, set./dez. 2020.